

«Partilhamos tudo o que podemos»: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades

A mulher, a parceira, a amiga, a namorada, elas fazem mais do que suportar a prisão: elas partilham-na. No seu pensamento, no seu coração, na sua carne, na sua vida como mulheres.

MAKSYMOWICZ (2000), p. 7, trad. minha

Ter uma relação — em particular um casamento — com um homem que está preso constitui um desafio às convenções contemporâneas ocidentais sobre os ingredientes fundamentais de um envolvimento romântico. Quando os casais «tradicionais» das sociedades modernas descrevem as suas relações, os relatos incluem muitas vezes «programas a sós, como viajar, fazer refeições e passar os serões juntos. O lar aparece como um símbolo especialmente poderoso de interligação marital e é objecto de descrição intensa» (Collins e Gregor, 1995, p. 80). Se a manutenção dos laços amorosos em condições que proíbem ou suspendem temporariamente o prazer da vida privada e da partilha doméstica não é assim tão rara — afectando, entre outros, os oficiais militares e respectivas esposas (Stone e Alt, 1990; Rotter e Boveja, 1999), os trabalhadores imigrantes que sustentam famílias à distância (Groves e Chang, 1999), os casais nos tradicionais *kibbutzim* (Spiro, 1979) e até os imparáveis empresários *yuppie*, cujo percurso de inter-relação global raramente se cruza com o do cônjuge —, a gestão punitiva, a interdição e a vigilância características das relações de prisão marcam estas ligações como casos extremos do controlo espacial e de autoridade sobre a vida íntima.

* Universidade da Califórnia, São Francisco.

Noutro local sugeri que o simples acto de entrar como visitante num estabelecimento correcional sujeita a mulher que tem o companheiro preso a um processo de «prisionização secundária» (Comfort, 2002 e 2003; v. também Clemmer, 1958 [1940]), uma versão mais fraca, mas ainda assim persuasiva, de adaptação para elaborar regras, a vigilância centralizada e a limitação corporal que dirige as vidas de criminosos enclausurados. Neste trabalho aprofundo a análise da prisão secundária em duas linhas teóricas. Em primeiro lugar, demonstro como as mulheres — motivadas pelo amor, pela compaixão e pelo medo de que os problemas da prisão possam causar dano, doença mental ou protelar a data de saída dos companheiros — se aplicam energicamente a tarefas que atenuem as «privações» que caracterizam o internamento prisional. As suas estratégias incluem escrever e receber cartas, enviar encomendas, aceitar telefonemas, visitar os companheiros e participar em jogos de fantasia, mesmo que estas actividades impliquem a perda da sua privacidade pessoal, esgotem os seus escassos recursos e ameacem o seu bem-estar emocional. Com esta abordagem de «cumprir a pena juntos», os casais criam sentimentos de proximidade e de conjunto, apesar da suposta segregação e isolamento prisionais, e deste modo encaram o seu esforço como contraponto às funções correcionais da instituição prisional. No entanto, esta *dualização voluntária do corpo condenado* que sofre os castigos da prisão, na realidade, reforça a prisão secundária das mulheres que não estão encarceradas, submetendo-as repetidamente a um intenso escrutínio e controlo penais. Ironicamente, também permite que os homens cumpram as suas penas com interferências ou exigências mínimas por parte das autoridades, tornando-os «seres dóceis» (Foucault, 1977, pp. 135-169), indo ao encontro daquilo que é, em última instância, o que a prisão pretende.

O segundo ponto teórico aproxima-se da ideia de Clemmer (1958 [1940], p. 312) de que o «residente» cujo grau de encarceramento é mais elevado representa um menor risco em liberdade condicional do que aqueles a quem tal não acontece, em grande parte devido à ligação individual a um «grupo prisional primário» e às suas interacções sociais. Dado que as mulheres oferecem um grande apoio emocional durante o período de encarceramento dos companheiros, num esforço para assegurarem as ligações dos homens ao mundo exterior, os reclusos que se encontram destinados a uma existência sombria naturalmente valorizam este entusiasmo, demonstrando a sua necessidade e o seu apreço de forma dedicada. Deste modo, os casais vêem-se inseridos num esquema de troca que acentua e engrandece a devoção romântica e o desejo na relação, transformando o encarceramento do homem num prolongamento daquilo a que Laura Fishman (1990, p. 162) chama «namoro renovado», que, em grande parte, poderá ser contrastante e favo-

recer até o sentido da vida doméstica e da interação quotidiana fora da prisão. Paradoxalmente, a permanência de ligações para além e no interior das fronteiras penais *aprisiona os laços íntimos*, tornando, em muitos casos, o meio correcional um instrumento regulador que — apesar de exigir um enorme sacrifício, humilhação e controlo — se torna parte integrante do funcionamento das relações.

No ano de 2000, ao longo de um período de nove meses, conduzi entrevistas em profundidade junto de 50 mulheres cujo marido, noivo ou namorado estavam presos e passei aproximadamente trezentas horas a observar a zona de espera destinada aos visitantes da Prisão Estatal de San Quentin, no Norte da Califórnia. Neste texto utilizo estes dados para dissecar quatro interações específicas que ocorrem entre os casais durante os períodos de encarceramento do homem para demonstrar o funcionamento das relações prisionais e a atribuição da recompensa interpessoal por se ficar «ao lado do seu homem».

«CUMPRIR PENA EM CONJUNTO»: TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO

É como se todos os dias fizesse algo, todos os dias faço alguma coisa que tem a ver com ele. Pode ser preparar-me para quando ele voltar para casa, ou trazer-lhe algo enquanto ele está aqui ou escrever uma carta, ou receber um postal, qualquer coisa, preencho os dias todos.

BRANDI¹ (afro-americana de 20 anos de idade, cabeleireira, com o namorado a cumprir um ano de pena)

Quando os casais coabitam ou mantêm relações frequentes e desimpedidas, os vários mecanismos de que dispõem para comunicar são muitas vezes esquecidos devido à proximidade pessoal e ao hábito da presença física. A separação forçada e o intenso controlo dos parceiros evidenciam estes métodos, demonstrando um exemplo contrário ao «estranho» de Georg Simmel (1950) (aquele que está fisicamente próximo mas socialmente distante), que pode servir para aprofundar os significados de perto e longe, intimidade e afastamento. Os investigadores penais, bem como os jornalistas e escritores «internos», têm documentado abundantemente a ingenuidade dos condenados em adaptarem, alargarem e contrariarem o poder que regulamenta praticamente todos os aspectos das suas vidas enquanto estão presos (e. g., Cohen e Taylor, 1974, Rideau e Wikberg, 1992, Demello, 1993, Martin e Sussman, 1993, Frazier, 1995, e Conover, 2000); como é demonstrado nas quatro secções seguintes, as parceiras femininas dedicam-se igualmente de

forma enérgica e inovadora a formas de se manterem em contacto, rentabilizando assim a gama de métodos de comunicação permitidos e suportando parte do fardo de «cumprir pena».

CORRESPONDÊNCIA

Entre as 50 participantes na pesquisa, escrever e receber cartas constitui a forma mais usual de se manterem em contacto: 98% afirmaram que elas e/ou os companheiros escreviam regularmente durante o período de encarceramento e mais de metade apontou a troca de correio como uma actividade altamente gratificante e central nas suas experiências de namoro e no desenvolvimento da relação. Ao contrário das encomendas, dos telefonemas e das visitas, o envio de cartas é relativamente barato e pode ser feito diariamente, de acordo com o tempo que cada um tem, na (semi-) privacidade de uma cela ou em casa e sem o envolvimento imediato dos agentes correcionais. Há, no entanto, uma rígida monitorização que é feita a nível secundário: como declara o Código Regulamentar da Califórnia, tít. 15, «Prevenção e correcções prisionais», «toda a correspondência não confidencial do residente é sujeita a leitura na sua íntegra ou em partes designadas pelos funcionários da instituição antes de ser entregue» [estado da Califórnia, 1999, secção 3138 (a)]. Dado que apenas a correspondência com autoridades governamentais, organizações ligadas aos serviços legais e com advogados é considerada confidencial, o correio trocado entre os prisioneiros e a sua família e amigos é sistematicamente aberto e inspeccionado, processo que provoca um atraso na sua distribuição de duas a seis semanas. Desde há muito reconhecida como degradante para os residentes das «instituições totais» (Goffman, 1961, p. 31), a censura do correio afecta também o escritor exterior, que sabe que cada palavra terna ou pensamento íntimo que ela ou o seu amado escrevem será exposto, julgado e possivelmente ridicularizado ou suprimido. A política subjacente ao processo de envio do correio dos prisioneiros que é «identificado como tendo origem numa instituição correcional estatal da Califórnia» [estado da Califórnia, 1999, secção 3147 (2)] — carimbada no exterior do envelope com o nome da instituição em letras maiúsculas, demarcadas — compõe esta estigmatização.

20% das participantes entrevistadas disseram que elas ou os parceiros escreviam quase todos os dias e outras 22% enviavam e/ou recebiam vários artigos por semana. Estas missivas variam em tamanho, algures entre umas quantas frases num postal até dissertações excessivas de 20 páginas que por vezes incluem poemas de autoria própria ou pequenas histórias acrescentadas às novidades pessoais, reflexões e uma fotografia ocasional. 36% das mulheres afirmaram especificamente que o parceiro escrevia de forma mais

prolífica (redigindo epístolas duas a cinco vezes maiores do que elas), um fenómeno que as espantava tanto positiva como negativamente, como explica Josephine, uma afro-americana de 35 anos, trabalhadora numa linha de montagem e armazém, cujo marido está a terminar uma pena de 14 meses:

MC — Escrevem um ao outro?

JOSEPHINE — *Oh meu Deus* [ri com vontade]! É melhor não falarmos em escrita! Este homem escreve-me uma carta, recebo pelo menos uma carta *por dia*. É *verdade* [lentamente, incredulamente]! Uma vez escreveu-me uma carta de 21 páginas. É *verdade*! Escreveu mesmo [riso abafado]. Eu não sou muito de escrever! Mas fazia-o por causa dele... Por isso, tenho-lhe escrito, ele só quer escrever, pôr a caneta no papel, por isso eu faço-o. Fiz tudo. E agora ele vai sair [diz com uma expressão cômica e rica]. Obrigado, Jesus!

MC — [riso abafado] Depois podes parar com tudo isso!

JOSEPHINE — Digo-te, como não sou de escrever [ênfaticamente], eu-não-gosto-de-escrever. *Mesmo. Nunca* escrevi a *ninguém* na minha vida, sem ser... *não*. Se não se pode falar com a pessoa... — Sei que não é bom, porque sei que dizem que é bom escrever, mas, *huh!, não é para mim!*

É surpreendente que os casais recorram a grande quantidade de correspondência como forma de se manterem em contacto durante o encarceramento do homem, tendo em conta que 16% das participantes não concluíram o liceu, 28% não tinham mais do que o diploma do liceu ou o certificado de desenvolvimento educacional geral (GED) e apenas 36% tinham empregos de colarinho branco. Entre os homens, pelo menos, 22% não terminaram o liceu e 42% tinham concluído as habilitações com um certificado GED ou um diploma do liceu². Enquanto para as participantes na pesquisa o grau académico não condiciona a frequência da troca de correspondência, para os prisioneiros que são analfabetos ou têm pouca capacidade de escrita o desejo de se manterem em contacto torna-se mais difícil e dispendioso, necessitando de se socorrer dos serviços de um colega «escriba» de forma a produzirem um documento apropriado. A procura de tais manuscritos dá origem a uma indústria informal, como explica um recluso de longa data em San Quentin:

Já escrevi cartas para pessoas que não sabem escrever, normalmente faço isso por caridade. Mas, se a carta é muito longa ou detalhada, poderei cobrar uma pequena comissão. Normalmente dizem-te do que querem falar e tu escreves com as tuas palavras. Às vezes, depois de escreveres uma carta para alguém que sabe escrever mas que não é um bom redactor, ele copia-a com a sua própria caligrafia para não se revelar... Muitas vezes as pessoas compram postais ilustrados com expressões ou poemas. Há aqui uns quantos tipos que fazem cartões ilustrados [correspondência pessoal, 9 de Abril de 2002].

De acordo com este homem, um recluso pode tentar estrategicamente não se denunciar, escondendo a sua falta de habilitações à parceira. Apenas uma das participantes — Tee, uma mulher branca de 42 anos, auxiliar de enfermagem, cujo marido cumpre prisão perpétua — pareceu estar a par do analfabetismo do marido, falando abertamente acerca da pressão que isso coloca na correspondência entre eles:

TEE — Ele pedia a outras pessoas para escreverem cartas por ele. *Yeah*, ele apenas ditava e eles escreviam. Mas ainda é difícil para nós comunicarmos por ele não conseguir ler e escrever bem. Porque para se conseguir alguém que escreva uma carta por nós é preciso pagar-lhe. *Nada* é de borla no sistema prisional. *Na-da* [pausa]. Ele tem de gostar, arranjar alguém para escrever a carta, tem de fazer com que eles gostem, ter um livro de selos, ou outra coisa qualquer [que sirva de pagamento], por isso é um pouco difícil. Por agora, enquanto ele está no manco [solitária], é muito difícil. Mas ele escolhe um livro de poesia e escreve coisas, palavra a palavra, e envia-me. É que nós não conseguimos mesmo comunicar bem. É por isso que as nossas visitas são *tão importantes* porque não conseguimos comunicar muito bem por escrito.

MC — Tu escreves-lhe a ele?

TEE — *Yeah*, envio-lhe postais, com coisas simples que ele consiga ler com facilidade. Mas a nossa principal comunicação é quando o visito, por isso sou sempre tão regular, aproveito praticamente todos os dias de visita. Porque essa é a única forma de o nosso casamento sobreviver.

O facto de, apesar destes problemas, os homens persistirem em enviar com frequência cartas extensas às companheiras é indicativo do poder prático e simbólico da importância destas missivas numa relação prisional. Na verdade, a troca de correspondência entre os reclusos e as parceiras cumpre cinco grandes objectivos. O mais óbvio e convencional é o de servir como *meio de comunicação com alguém à distância*, neste caso alguém que geograficamente pode estar longe, mas que também está impedido de tomar parte numa relação mais íntima ou regular. No entanto, devido às restrições impostas pela censura e ao atraso na entrega do correio, as cartas não servem tanto como mensageiras de informação concreta (já que as mulheres que têm capacidade financeira para visitar e aceitar telefonemas consideram ser mais eficaz falar da sua vida quotidiana directamente com os companheiros), mas mais como instrumentos para enriquecer as relações, ao combaterem a sensação de isolamento do recluso e, em consequência, as «penas da prisão» suscitadas pela «estética estéril [que] envolve o ambiente prisional. Nesta atmosfera de apatia estética, as ideias, imagens e imaginação são essenciais para manter a sanidade» (Phillips, 2001b, p. 370). Blessing, uma afro-americana de 38 anos, representante de uma firma de comunicações,

há treze anos parceira de um condenado à morte que conheceu e com quem casou em San Quentin, utiliza a correspondência para combater a «prisionização» do marido, injectando esses elementos essenciais na sua vida vazia:

BLESSING — Desde o primeiro dia, eu tenho sempre, ele tem recebido *sempre* pelo menos um ou dois artigos de correio por dia, seja um cartão, um postal ou uma carta, alguma coisa recebe.

MC — Wow! E por que é que achas isso tão importante?

BLESSING — Porque [longa pausa, reflectindo] eles precisam de comunicar com outras pessoas para além daquelas que estão lá dentro, tal como tu própria, por exemplo, gostavas só de comunicar com uma ou duas pessoas da tua casa sem mais? Sabes, precisas, precisas desse... desse *alcance*, precisas de alguém que esteja fora daquelas paredes, de alguém que te dê carinho e amor, e precisas de estar informado, porque tudo o que eles têm são estas paredes à sua volta. E alguns deles não têm TV, alguns deles não têm rádio, por isso dou-lhe tudo o que conseguir dar, recorto imagens, envio-lhe as imagens que tiro, hum, partilho paisagens ou outra coisa, posso tirar uma fotografia da cidade, porque eles não a vêem sem ser na televisão ou numa revista, isso é outra coisa, envio-lhe revistas. Hum, e sabes, quando se está na escola, como é o meu caso, hum, uma escola para adultos, tudo o que vou aprendendo envio-lhe para que ele aprenda também. Por isso, envio tudo o que eu tenha possibilidade de partilhar! Eu acho que é isso o que a mulher e o marido devem partilhar.

O processo da troca postal pode tornar-se bastante absorvente, altamente ritualizado e até santificado pelas mulheres: várias participantes exibem nas suas casas álbuns ou arquivadores cheios de correspondência meticulosamente organizada, por vezes complementada com reproduções manuscritas ou fotocopiadas das próprias cartas, bem como das que receberam dos companheiros. Tais preparos ajudam na prática a mulher a controlar a sua correspondência, tal como revelam Bernice, uma afro-americana de 44 anos, auxiliar de enfermagem, e Laura, uma mulher branca de 38 anos, funcionária dos correios dos Estados Unidos:

MC — Com que frequência escrevem?

BERNICE — Oh, eu escrevo quase todos os dias.

LAURA — Quase todos os dias. Mas eles só recebem o nosso correio passadas duas semanas.

BERNICE — [O meu parceiro] disse-me, por acaso ele hoje disse «recebi uma carta tua», e eu disse «qual delas?», e ele disse «tem um envelope amarelo» — é assim que... [temos de controlar as cartas que enviamos, fazendo alguma coisa que as distinga a cada uma], seja pôr um envelope

amarelo nesta, um envelope verde, a data, a primeira frase que lhe disse, porque muitas das vezes ele não recebe [o correio que eu envio].

LAURA — Temos de manter um *diário* acerca do que escrevemos para sabermos, inclusivamente, o que lhes enviamos porque demora muito tempo.

Ambos os parceiros de Bernice e Laura receberam pena de morte e nenhuma delas conhecia o companheiro antes de ele estar detido. Bernice conheceu o noivo em 1998, numa visita ao irmão (que esteve dezoito anos no corredor da morte em San Quentin até ser executado com 38 anos no Missouri, pouco tempo depois de a sua condenação na Califórnia ter sido revogada), e em 1999 ela apresentou Laura a um dos amigos do irmão que também está no corredor da morte e com quem Laura tenciona casar. Para as mulheres que estão intensamente envolvidas com parceiros com quem não terão oportunidade de estar em privado, as cartas adquirem um segundo papel-chave: tornam-se *substitutus do corpo*, prolongamentos tangíveis da pessoa, constituindo a única parte física do ente amado que elas podem abraçar e desfrutar sozinhas em casa, longe do olhar e dos ouvidos das autoridades. A poetisa Asha Bandele, cujo livro de memórias *The Prisoner's Wife* (1999, p. 32) faz a crónica do seu namoro e casamento com um preso perpétuo na Prisão Estatal de Nova Iorque, descreve desta forma sensual as missivas do marido: «Tens de perceber, as cartas do Rashid são como encontros. Tenho de me preparar. Tenho de lhes dar o espaço próprio. Antes de ler as suas cartas tomo um longo banho com perfume de manga. Acendo umas velas à volta da banheira e incenso de sândalo, faço a minha própria serenata com canções da Nina Simone.»

Allen Shelton (1994, pp. 201 e 206) chama a atenção para o facto de a carta de amor ou «o perfeito São Valentim constituir a transposição perfeita do indivíduo para um conjunto de objectos», que «não só funcionam como dicas do comportamento, mas como enquadramentos do *self*.» Os envelopes decorados pelos residentes são objectos artísticos famosos, ricamente ornamentados com desenhos semelhantes aos que são tatuados na prisão (Phillips, 2001b). De forma semelhante, as mulheres transformam o papel em pele, adornando e perfumando as suas cartas, construindo um substituto corporal permitido nas áreas restritas do estabelecimento correcional e que penetra no espaço íntimo do recluso:

LAURA — Eu ponho perfume em todos os postais e cartas dele!

BERNICE — As duas fazemos isso!

LAURA — Acredita, não podes imaginar o perfume que utilizamos! E não é barato!

BERNICE — Eu só o compro para o papel, não o uso.

LAURA — Bem, sabes, eu uso perfume, e foi por isso que isto começou, mas não posso mais comprar perfume caro porque é preciso muito, o papel absorve-o, sabes, e eu quero que ele sintam bem o cheiro.

Ao admitir que ela de facto não usa perfume, Bernice revela até que ponto as suas cartas se tornaram substitutas do seu corpo: ela adquire produtos cosméticos apenas para embelezar as suas missivas, de forma a criar uma entidade sensual que o noivo possa desfrutar com uma proximidade proibida ao casal noutras interacções. Para muitos casais, o correio constitui o único fórum sexual autorizado, disponível ao longo do período de encarceramento, e mesmo as mulheres que se dizem «conscienciosas» redigem textos picantes ou pedem a uma amiga que lhes tire uma fotografia erótica que enviam aos companheiros como forma de manterem uma relação sexual. Nestes casos, a limitação da liberdade de correspondência torna-se mais evidente, uma vez que a mulher sabe que este material será visto por um agente prisional no decurso do processo de inspecção do correio, e possivelmente depois, durante uma busca às celas, como lamenta Duszka Maksymowicz (2000, p. 69, trad. minha): «Quando as minhas palavras chegam a ti, terão já sido lidas... Quando o meu corpo ausente se oferece às tuas carícias, terá primeiro sido perscrutado pelo olhar do leitor-*voyeur*.» Laura explica como estas violações da intimidade se tornam intoleráveis para o marido:

Uma vez enviei-lhe umas fotografias que eram... atrevidas. E ele olhou para elas, e quanto mais ele as via mais ele pensava que quando os guardas viessem iriam olhar para elas. E ele não conseguia suportar isso, estava mesmo a incomodá-lo. E podes perceber o que ele queria, ele não queria que outras pessoas as vissem! Pelo menos não daquela forma. Como ele disse, «de uma maneira que nenhum outro homem te devia ver». E isso é compreensível. Mas eu disse bem, eu soube que ele ficou com elas por uns dias e depois rasgou-as e deitou-as fora.

A quantidade de energia, criatividade e tempo que as mulheres dedicam à elaboração da sua correspondência prisional sugere de imediato a sua terceira função, *a carta como uma dádiva* ou «ritual de oferta que é sinal de envolvimento e ligação a outrem» (Cheal, 1996, p. 96). Enquanto as citações anteriores demonstram claramente o esforço das mulheres na preparação de oferendas literárias aos companheiros, o papel recíproco dos homens nesta troca adquire um significado particular, já que o envio de correspondência é a única forma de interacção que eles têm que não implica a participação física ou financeira da mulher³. Deste modo, uma epístola assume declaradamente o valor de «pura» demonstração de carinho e com-

promisso que não sobrecarrega quem já vive a dor do sacrifício — um factor que contribui, a par da grande quantidade de horas desocupadas no horário de um recluso, para o elevado número de homens que escrevem mais vezes do que as parceiras. No entanto, a propensão dos condenados a não só *recordarem*, como tomarem a iniciativa de comemorar *datas* de que anteriormente se alheavam (aniversários, festas de anos, festas menores), enviando para isso cartões luxuosamente ilustrados e poeticamente escritos, estimula, por um lado, a alegria das companheiras e, por outro, a sua desconfiança, dado que a seriedade do discurso transmitido desde a prisão contrasta, muitas vezes de forma marcada, com a má atitude que mostram em casa (ou com a incomunicabilidade ou falta de atenção de anteriores parceiros, no caso daquelas que conheceram o seu amado enquanto ele estava na prisão). Celina, uma afro-americana de 23 anos a criar dois filhos enquanto o marido cumpre seis meses de prisão, comenta:

Bem, quando ele está *fora* da prisão, não fala tanto sobre ele próprio, e assim, e não revela muitas coisas, porque está tão preocupado em arranjar dinheiro, arranjar trabalho, fazer isto, fazer aquilo, e fica tão preocupado em estar, sabes, a trabalhar, a fazer isto e aquilo e a tentar sustentar a família, por isso nunca temos tempo para sentar e ter tempo para os dois, mas [dando um risinho ao perceber a ironia] *é estranho que ele tenha de ir para a prisão para podermos ficar sensíveis* e assim.

Esta discrepância evidencia o quarto objectivo da troca postal na relação prisional, a *exposição da «feminização» do homem* e o seu recém-descoberto compromisso de oferecer apoio emocional. Embora imersos num ambiente hipermasculino (Carter, 1996; Sabo, Kupers e London, 2001), os residentes são privados de contextos que lhes permitam exhibir às companheiras a masculinidade estereotipada da *performance* sexual ou — embora nominal ou esporadicamente — ser «o que sustenta» ou é visto como «o chefe da família». Com poucos meios alternativos para oferecer ou presentear, os homens viram-se para o que é «basicamente uma arte doméstica, um parente distante da costura ou dos bordados... ninguém pode negar que para se escrever uma boa carta pessoal é preciso ter apreço pela vida afectiva e uma tendência para a introspecção, duas qualidades convencionalmente femininas» (Hofstadter, 1996, p. xvii). Através das suas missivas, os homens exercem o classicamente feminino «apoio emocional», tal como foi catalogado por Sandra Lee Bartky (1990, pp. 102-103): «O trabalho da cura emocional — cuidar das feridas — e do suporte de confiança — alimentar o ego... lidar de forma sensível e sem condescendência com as angústias do outro... assegurar-lhe o valor... carinho... ternura.» O papel masculino do recluso é deste modo atenuado e a sua forma de comunicar apaixonada,

transmitindo empatia e sentimento, torna-o mais feminizado. Jeanette, uma afro-americana de 31 anos, assistente social domiciliária, cujo marido está a cumprir uma pena de seis meses, explica a ligação que tem ao companheiro, que invariavelmente vai preso: «Ele é como meu amigo, eu quero o meu amigo, não é por nada, não é pelo sexo, porque eu raramente o faço! *Ele está sempre fora!*» Ou como exalta Mai, uma afro-americana de 40 anos, professora de dança, que comunica principalmente com o seu «interesse amoroso» através de cartas porque ele está a cumprir seis a dez anos num estabelecimento federal de outro estado: «*Ele é uma versão masculina de mim! Ele é homem, é sensível, carinhoso, ele é tudo isso!*»

A prisão instiga, sem dúvida, a ansiedade dos homens a demonstrarem o seu lado emotivo através da árdua (ou dispendiosa, se, por analfabetismo, contratarem um escriba) tarefa de escreverem cartas, coisa que antes não praticavam. Butta, uma afro-americana de 32 anos, assistente administrativa, cujo marido, a cumprir vinte anos de prisão, agora lhe redige duas ou três cartas de amor por dia, comenta de forma atrevida: «Essa é a melhor parte dele. É muito compreensivo. Mas agora, estando na posição em que está, *não tem outra opção senão a de ser compreensivo, certo?*» O seu sarcasmo vincula a referida feminização do macho à última função da correspondência prisional, *a preservação do envolvimento da mulher — e com isso o seu apoio emocional, financeiro e prático — na relação*. Na sua escrita, os homens reflectem com frequência acerca dos seus erros de percurso, expiam as suas falhas do passado e pedem ajuda para prosseguirem na recuperação e reforma, produzindo assim textos que reflectem sobre o suposto significado do seu internamento, encorajando as mulheres a olharem para um futuro mais brilhante. Nas palavras de Ken Plummer (1995, p. 34), «eles transformam-se em *objectos biográficos socialmente organizados*, constroem — inventam até, embora esse possa ser um termo grosseiro — histórias da sua intimidade pessoal que poderão ou não conduzir a relação à realidade». Brandi exclama:

BRANDI — E [nas cartas dele] fala do que quer fazer, e de como quer mudar, e dos seus *objectivos*, e tal.

MC — Falam disso pessoalmente também, ou ele apenas o coloca por escrito?

BRANDI — *Hum, yeah*, falamos disso pessoalmente, mas ele, ele sente mesmo *a fundo* quando escreve, podemos só tocar nisso, mas ele *sente* mesmo a coisa quando escreve.

Um tema recorrente entre as participantes quando se lhes perguntava acerca das esperanças para o futuro das suas relações tinha a ver com as visões de estabilidade doméstica centradas no regresso definitivo do homem a casa e a crença no sucesso do papel do marido leal e pai extremo —

embora não necessariamente de principal suporte financeiro. Nas palavras de Jeanette: «Eu só quero que as coisas funcionem e que tenha a oportunidade de ser uma *esposa linda e simpática*, apoiar-te [o marido] tanto quanto puder, ajudar-te, não sou o Banco da América, mas posso dar o meu melhor.» Stephanie, uma afro-americana de 25 anos, segurança e estudante universitária, casada com um homem a cumprir uma pena de quatro anos, tem planos idênticos: «E nessa altura [quando o marido for libertado] eu só espero ter um lugar ou carreira para depois podermos começar a construir a nossa família, sabes, pôr as coisas em ordem, porque queremos ter filhos dentro dos próximos dois anos. Por isso ter tudo em ordem para podermos ter uma *família feliz, boa e financeiramente confortável*.» A decisão de «ficar ao lado do seu homem» ajuda as mulheres a combaterem a dissonância cognitiva de escolherem um parceiro legalmente estigmatizado ou desonrado, procurando testemunhos do seu valor e dedicação à relação (Comfort *et al.*, 2000). As histórias de redenção desempenham, por isso, um papel crucial na consolidação das relações durante o período de detenção, pois são a garantia verbal da vontade dos homens em progredirem para uma vida centrada na família e respeitadora da lei, complementando a estabilidade doméstica e a harmonia desejada por muitas mulheres. Assim, as «dádivas» de cartas tornam-se «veículos e instrumentos que remetem para realidades de outra ordem — influência, poder, compaixão, estatuto, emoção — e o hábil jogo da permuta afirma-se como um conjunto complexo de manobras, conscientes ou inconscientes, que procura garantir a segurança e o fortalecimento próprios contra os riscos que resultam de alianças e rivalidades» (Lévi-Strauss, 1996, p. 19). Quando as narrativas de arrependimento e transformação obtêm resposta positiva por parte das esposas, noivas ou namoradas, o esquema mantém-se, ligando os casais a um ciclo de compromisso e afirmação que «não só acentua a intensidade sexual e emocional entre o par, como também lhe dá confiança na durabilidade da sua relação» (Fishman, 1990, p. 168). Keisha, uma afro-americana de 20 anos, trabalhadora da indústria de serviços, foi uma das poucas participantes que identificaram este padrão, rejeitando sem rodeios as mensagens recebidas do noivo, que cumpre uma pena de um ano por violação da liberdade condicional de um crime de violência doméstica:

KEISHA — E ele diz, ou por outro lado, parece que ele me diz tudo o que eu quero ouvir, mas não é assim. Sabes, não podemos acreditar nas cartas, isso é só um sonho...

MC — Por que é que achas que não podes acreditar nas cartas?

KEISHA — Porque me fartei de passar por isso. Um tipo, escrevi-lhe durante seis meses, e ele, quando saiu, voltou para a mulher... [O meu actual namorado] diz-me sempre «não volto a fazer» [pausa, friamente]. *Mas eles dizem qualquer coisa enquanto estão na prisão*. Dizem-te tudo, «eu nunca

mais me meto em sarilhos, [depois] saem [da prisão], portam-se bem durante três meses, e depois voltam para lá *porque voltam a agredir-te!*

Ao contrário de Keisha, a maior parte das mulheres reprime o eventual cinismo ou desconfiança sobre o conteúdo do seu correio, procurando nos excessos literários e persuasivos dos homens os argumentos para as suas convicções e expectativas na relação: «Eu disse às minhas amigas... que eram aquelas cartas que me agarravam. Disse-lhes que nenhuma mulher sabe o que é uma carta de amor até receber uma carta de amor escrita por um homem que está na prisão» (Bandeira, 1999, p. 30). É com um sentimento optimista em relação ao futuro e de compaixão pelos companheiros que elas se dispõem a arcar com o fardo de recorrerem a formas mais dispendiosas de manterem o contacto, como é o caso das encomendas ou das chamadas telefónicas.

ENCOMENDAS

Em 2000, os reclusos de San Quentin foram autorizados a receber cada três meses uma caixa de 14 quilos com comida, roupa e tabaco. Para poderem receber estes pacotes, os homens tinham de enviar o seu formulário de «autorização de encomenda trimestral» a alguém no exterior que quisesse e pudesse adquirir a mercadoria desejada, embrulhá-la adequadamente, etiquetá-la com o formulário de autorização e enviá-la para o estabelecimento. 54% das participantes entrevistadas disseram concretizar estes pedidos com regularidade para os parceiros, normalmente em todas as quatro datas do ano, se fosse economicamente viável, e 10% disseram que, embora quisessem enviar embalagens, o companheiro não tinha os requisitos para os receber. Algumas mulheres mencionaram colaborar com a mãe do recluso na preparação das encomendas e entre as que não enviavam caixas o facto de ser a sogra a tratar desse assunto era referido como a segunda razão mais forte (a seguir à incapacidade financeira), sendo que em qualquer dos casos, como observado por um antigo recluso de San Quentin, o envio de iguarias é assumidamente um trabalho das mulheres: «Nunca ouvi ninguém dizer ‘o meu pai enviou-me um pacote’ quando alguém recebia uma encomenda. É sempre ‘a minha mãe enviou-me um pacote. a minha mulher, a minha namorada, a minha amiga» (conversa pessoal, 20 de Agosto de 1999).

As encomendas são a única forma pela qual as pessoas estão autorizadas a dar directamente aos reclusos qualquer objecto, para além de cartas ou fotografias, e são altamente cobiçadas, uma vez que podem complementar com vestuário e alimentação extra a sua parca pensão institucional, com isso desfrutando de uma melhor qualidade de vida do que a dos residentes que não têm acesso a recursos no exterior. Os mais sortudos têm entes queridos

que conseguem ultrapassar o limite do número de caixas permitidas por prisioneiro, fazendo-o através de reclusos que não têm família ou amigos e que de outra maneira não usufruiriam da distribuição trimestral. Estes terceiros elementos recebem um pequeno dividendo (uma caixa de tabaco, algumas latas de comida) pela sua participação e passam o resto da mercadoria aos beneficiários do esquema. Desta forma, as caixas designam os residentes privilegiados, oferecem artigos «de luxo» àqueles que vivem em condições espartanas e introduzem materiais na economia de troca prisional⁴, factores que excedem largamente o carácter de «lembrança» da tradicional «encomenda de assistência».

Enquanto as mulheres falam apaixonadamente em compensar as lacunas materiais do recluso através das encomendas, enchendo as contribuições para os companheiros de expressões de amor e carinho, estas ofertas também são ensombradas com o inevitável sentimento de ansiedade acerca dos eventuais motivos escondidos e lutas pelo poder que encerram. Nos idílios prisionais, os residentes depositam grande confiança nas companheiras tanto pela compensação emocional como pelo seu apoio económico. Para alguns casais, estas questões mantêm-se equilibradas, tendo por base um amor profundo, garante da cumplicidade e que pode ou não incluir a assistência financeira. Para outros, porém, esta necessidade prevalece, criando demonstrações dissimuladas (muitas vezes, como mencionado atrás, sob a forma de cartas e postais) com intenção de instigar e segurar a energia emocional necessária para que as mulheres cuidem dos seus homens apesar das dificuldades económicas e afectivas que isso acarreta. O espectro de «ser usada» desta forma penetra na discussão das participantes sobre o envio de encomendas e dinheiro e é muitas vezes expresso conjuntamente com a certeza (auto-sustentada) de que a pessoa tomou medidas para evitar essa situação, como diz Jeanette, que estava fura com o marido no dia da nossa entrevista devido a rumores de que ele tinha recebido a visita de outra mulher:

E depois, quando os homens estão presos, tudo o que eles sabem fazer é manipular e usar as mulheres e baralhar-nos *para conseguirem o que querem...* Eu não sei como é que os homens fazem [tristemente, com a voz a sussurrar] para usarem as mulheres para arranjarem dinheiro? Não sei. Mas a mim não me usam [vigorosamente]! *A mim ele não me usa, eu estabeleci os meus limites!* Já tive outras relações no passado, sei qual é o objectivo e o jogo.

Embora a maior parte das mulheres neguem que os companheiros se dedicam à relação por outra razão, que não o amor, as poucas que efectivamente distinguem outros motivos nas propostas do homem convertem este potencial destrato a seu favor, acentuando a vulnerabilidade e a depen-

dência do residente. Esta inversão acrescenta uma dimensão mais rude à afirmação de Sandra Lee Bartky (1990, p. 105) de que «a oportunidade de cuidar do outro» pode ser «moralmente capacitadora... através do cultivo e do exercício de qualidades morais importantes», uma vez que as mulheres usam a confiança dos homens nos seus cuidados como forma de obterem o controlo da relação. Joy, uma mulher branca de 45 anos, segurança, falou prolongadamente acerca dos seus sentimentos de insegurança e insatisfação na relação com um homem que cumpre uma pena de nove meses e que teve várias outras namoradas. Ela reconheceu que ao longo das suas frequentes detenções o interesse dele se baseava na necessidade económica que tinha dela: «Ele disse-me antes de voltar [da prisão] desta vez — bem, aquilo que me chateou [no que ele disse] foi: ‘Ninguém sabe cuidar de mim como tu [esboça tristemente um meio-sorriso]!’ OK! *Estou a ser usada!*» No entanto, ao falar da ligação de um homem com outra mulher, Joy menciona com satisfação o seu poder para impor condições ao seu safado amante: «Queres receber encomendas? Queres receber cartas? Queres, sabes que mais, *é melhor que não*, se descubro que te aproximaste dela outra vez, hey!, lá se vai a *sugar mama*⁵!»

A utilização do apoio financeiro como forma de conduzir o comportamento dos homens pode fazer-se de maneira mais subtil e de um modo que coloca as mulheres como colaboradoras involuntárias no controlo penal. Alice, uma afro-americana de 22 anos, mãe desempregada, falou sobre fornecer equipamento ao marido durante a sua pena de três anos em San Quentin:

ALICE — Ele queria um relógio, mas não lho enviei [risos].

MC — Por que não?

ALICE — Eu disse [sarcasticamente, aludindo ao regime dos seus dias]: «Para que é que precisas de saber as horas [desatámos as duas a rir]?!» Eu disse: «Não *precisas* de saber as horas!» Eu disse: «Só precisas de te preocupar em sair!» Eu disse: «Talvez eu te envie um relógio nos próximos três meses. Mas tu não *precisas* de relógio nenhum!» Mas enviei-lhe os sapatos porque ele disse que as botas lhe magoavam os pés. Mas, quando ele cá chegou, não tinha sapatos, tinha uma espécie de chinelos que lhes dão e alguém que ele conhecia foi-se embora por isso deram-lhe umas botas e eu sinto-me muito mal porque os atacadores que ele tinha nas botas eram *tiras de lençol rasgado*. Ele tinha lençóis a fazer de atacadores e eu disse: «*Tenho* de te enviar uns sapatos!» Aquilo fazia-me sentir mesmo mal. Por isso arranjei-lhe uns sapatos.

No depoimento de Alice é claro que ela quer cuidar das necessidades do marido e protegê-lo da humilhação e do sofrimento, arranjando-lhe calçado

apropriado. Mas a sua recusa em incluir um relógio no primeiro envio indica que ela pretende refrear algumas indulgências como forma de incentivar comportamentos desejados. Ao longo da sua entrevista, Alice mostrou-se bastante preocupada em que o marido, que nunca tinha estado preso antes, terminasse a sua pena sem incidentes: «Eu digo ao meu marido vezes sem conta, sempre que o visito digo-lhe: ‘Por favor, não deixes que [a prisão] te atinja, dá um passo de cada vez, sabes que [em breve] voltas para casa.’» Por isso, ela fornece ao marido as provisões necessárias para que ele mantenha a sua dignidade e evite sucumbir à violência e vulgaridade da vida prisional, mas usando a promessa dos bens de luxo para lhe lembrar o seu compromisso com ela. («Preocupa-te apenas em sair! Talvez te envie um relógio dentro dos próximos três meses.») Ao implementarem este «sistema de recompensa» que promove o comportamento ordeiro e livre de problemas, as mulheres facilitam as operações quotidianas da instituição correcional, que ganha com os residentes que são alvo da atenção exterior, levando-os a manterem bom comportamento.

TELEFONEMAS

Em San Quentin, tal como na grande maioria das instalações correcionais dos Estados Unidos, as chamadas a cobrar são a única opção que o recluso tem para falar com alguém ao telefone: não é permitido receber telefonemas e os residentes não têm acesso a formas de pagamento alternativas, como os cartões telefónicos. A taxa de comunicação entre as 80% das participantes que disseram falar com os parceiros por telefone oscilava largamente entre as 8% que recebiam pelo menos uma chamada por dia, as 30% que falavam uma a quatro vezes por semana e as restantes que esperavam conseguir uma ou duas ligações por mês. Muitas atribuíam o seu nível de contacto telefónico à habilidade do recluso para fazer a chamada, o que dependia do estatuto institucional de cada um (os reclusos de baixa segurança têm mais acesso aos telefones do que os seus pares de alta segurança), do seu horário (os desempregados têm mais tempo livre, durante o qual podem fazer telefonemas) e da sua vontade de manterem contacto. A impossibilidade de serem elas a telefonar, bem como a imprecisão dos padrões e horários deles para comunicarem, tornam o processo frustrante para as mulheres, como descreve Sophia, uma mulher branca de 37 anos, cujo marido está em prisão perpétua:

Bem, vejamos, é segunda-feira, devia receber um telefonema hoje, embora talvez possa *não* receber um telefonema hoje! Em cada cinco dias de prisão [o meu marido] pode fazer uma chamada a cobrar, e tem de fazer

o pedido na noite anterior, e nunca se sabe se eles vão mesmo telefonar ou não, porque às vezes os funcionários não querem ligar os telefones, ou às vezes os reclusos são fechados devido a alguma emergência, algum erro, ou assim. Por isso, basicamente, em cada cinco dias consigo falar com ele ao telefone e [pausa, com uma gargalhada soturna] eu, ah, é um dos capítulos do meu livro⁶ que se intitula «Começa às 6.00». Porque desde as 6 horas até às 9.10 da noite, num intervalo de vinte em vinte minutos ele poderá telefonar. Mas não sei quando. E não há nada assim, começa às 6.00 e vais fazendo coisas. E depois são 6.45. E depois 7.10. E depois tentas não pensar no assunto. E depois são 9.10 e pensas: «Bem *talvez* ele faça um telefonema de cinco minutos.» E então ficas neste estado de ansiedade até às 9.30, à espera.

«Ficar à espera — em especial se se fica à espera durante um período mais longo do que o habitual — é ficar submetida a um pressuposto de que o tempo de uma pessoa (e como tal o seu valor social) é menos valioso do que o tempo e o valor de quem impõe a espera» (Schwartz, 1975, p. 30). Embora direccionados aos residentes, os atrasos burocráticos e punitivos que impedem as chamadas telefónicas afectam os destinatários desses telefonemas e são, de facto, mais problemáticos para quem está de fora, uma vez que as mulheres (des)organizam muitas vezes os seus afazeres pessoais para se adaptarem ao horário da prisão e depois enervam-se com conjecturas sobre as causas da ausência dos telefonemas. Aisha, uma mestiça de 46 anos que está continuamente ocupada com actividades profissionais, sociais, religiosas, políticas e de voluntariado, priva-se sistematicamente dos seus planos ao serão na esperança de ouvir a voz tranquilizadora do marido enquanto ele cumpre a sua pena de vinte e quatro anos:

Ele telefona sempre que pode. Pelo menos uma vez por semana. Eu não, normalmente tento estar *sempre* em casa por volta das 8.30, *sempre, todas as noites*. É um hábito que adquiri porque normalmente é quando ele telefona. E o que é horrível é quando ele *não* telefona, se, por exemplo, quando vou visitá-lo ao sábado e não tenho notícias dele e já é sexta, começo a ficar um pouco preocupada, sabes? Por isso é muito reconfortante receber um telefonema, nem que seja uma vez na semana.

Todas as chamadas feitas de San Quentin são invariavelmente monitorizadas, uma informação que é anunciada no início da gravação do telefonista: «Fala o operador da companhia telefónica, tenho uma chamada a cobrar da parte de um recluso de uma instituição estatal da Califórnia. Esta chamada poderá ser monitorizada ou gravada.» Apesar da ligação clara inicial, toda a conversa é interrompida por vários intervalos com um sistema de aviso

automático que repete: «Isto é uma chamada a cobrar da parte de um recluso de uma instituição estatal da Califórnia. Esta chamada poderá ser monitorizada ou gravada.» Ligações telefónicas precárias e ruído significativo em fundo (as cabinas telefónicas dos residentes estão colocadas em zonas movimentadas — no piso térreo dos blocos de celas com múltiplos andares ou no interior de dormitórios abertos — e não têm portas para dar privacidade) dificultam as conversas e, embora haja um aviso dois minutos antes do final dos quinze minutos do tempo limite imposto pela prisão, a chamada termina com um corte abrupto da linha⁷. Ao contrário da censura das cartas, que é feita na prisão e sem o envolvimento directo de qualquer das partes, a monitorização das chamadas telefónicas afecta no imediato a mulher que está na sua casa. Os telefonemas são, por isso, condutores da experiência em «tempo real» do controlo penal na esfera doméstica.

No estudo que fez sobre as parceiras dos homens das forças armadas americanas, Margaret Harrell (2001, pp. 60-61) refere que «a mulher de um oficial se torna um prolongamento do oficial» ao ponto de, se participar em eventos no seu lugar, ser reconhecida com a patente dele, como se dele próprio se tratasse. Entretanto, «num quadro de redução de orçamento, as cônjuges dos oficiais são vistas como uma solução fácil para atender os problemas enfrentados» por outros na base da comunidade militar, de tal forma que o seu «voluntariado é avaliado em milhões de dólares por ano» (Harrell, 2001, p. 57). Tal como é demonstrado pela dinâmica que envolve as encomendas e os telefonemas, situações idênticas de transferência e confiança acontecem quando as próprias parceiras dos reclusos arcam com as sanções punitivas aparentemente reservadas aos criminosos condenados enquanto contribuem ao mesmo tempo para um sistema de recompensa que promove o bom comportamento e alivia as «dores da prisionização» dos homens (Sykes, 1958, pp. 63-84). Durante os anos 90, a tendência nos estabelecimentos correcionais visava «tornar a experiência da prisão mais severa, retirando equipamento de ginásio, televisões, cursos complementares universitários e afins» (Simon, 2000, p. 286; v. também as receitas do «Xerife mais duro da América», de Joe Arpaio, 1996), enquanto se instituíam políticas de cobrança aos residentes pelas visitas médicas, por artigos de higiene pessoal ou até pelo alojamento e comida. Como consequência, a importância dos poucos privilégios mantidos — nomeadamente os telefonemas e o envio de encomendas do exterior — aumentou, bem como a necessidade de ajuda financeira para saldar as dívidas dos reclusos. Assim, a família e os amigos suportavam o peso económico e laboral de manter os incentivos dentro do sistema prisional, um cenário com repercussões sérias para as mulheres e crianças, já de si a viverem com poucos recursos económicos (Davis, 1992; McDermott e King, 1992; Grinstead *et al.*, 2001; Braman, 2002).

RECRIAÇÃO DE PRESENÇA

A quarta técnica usada pelos casais para comunicarem durante o período de detenção do homem afasta-se das categorias oficiais estabelecidas para manter o contacto. Por «recriação de presença» refiro-me às tentativas das pessoas para ultrapassarem o perímetro institucional, recorrendo ao uso de adereços, fantasia e sincronismo para incorporarem um parceiro ausente na vida do outro. Entre as «formas de estar junto» elaboradas por Zygmunt Bauman (1995, pp. 47-48, ênfase no original), esta estratégia é a que melhor cumpre as «*exigências* de estar junto... um trabalho de imaginação instigado pela *saudade doméstica*», um «estar junto que seduz pela promessa de consumir os encontros íntimos antes ainda de estes serem tentados». O retrato feito nas notas de campo após um encontro com Sarah, uma mulher branca de 31 anos, contabilista numa firma de electrónica, cujo marido está em prisão perpétua, descreve a seguinte estrutura melancólica:

Sarah e eu abrimos caminho por entre o café apinhado e rapidamente decidimos otimizar a nossa estratégia de almoço: ela iria para a fila fazer o pedido enquanto eu ficava com o papel de procurar um lugar e guardar uma mesa logo que vagasse. Consegui ter sucesso e, enquanto guardo a mesa, observo o visual elegante de Sarah junto ao balcão para pagar. Sarah, uma licenciada com um cargo na indústria tecnológica e um salário de seis dígitos, casou recentemente com um homem em San Quentin que enfrenta uma pena de quinze anos a prisão perpétua. Alguns meses após o casamento, a noiva mudou-se para um apartamento em Marin County cuja característica principal — desconhecida do senhorio — é ter uma esplêndida vista da prisão, perfeitamente visível através das grandes portas de vidro de correr na sala que abrem para uma espaçosa varanda e donde Sarah cumprimenta agora o marido todas as manhãs antes de sair para o trabalho e acena as boas-noites antes de se ir deitar — sozinha.

A recém-casada dirige-se para a nossa mesa e ajuda-a a dispor as supersaladas que dão nome a este café. Quando, finalmente, conseguimos arranjar espaço na mesa, entre casacos, malas e tabuleiros, Sarah retira da carteira uma fotografia *Polaroid* dela e do cônjuge diante de um familiar falso *Monet* como cenário que ilustra todas as fotografias de casais em San Quentin. Entrega-me a foto e, olhando para a expressão de alegria de Sarah aconchegada ao tronco rude e vistoso do marido, lembro-me de outra mulher dizer que às vezes ela e o parceiro pagavam para tirar uma fotografia apenas para poderem ficar um minuto extra abraçados, pois qualquer contacto mais próximo era proibido durante o tempo da visita. Quando devolvi a foto à Sarah, ela encostou-a cuida-

dosamente ao saleiro no meio da mesa e olhou com ternura para o seu amado. «Pronto», sorri, «agora ele pode almoçar connosco.»

As práticas da recriação presencial evoluem, ao longo da relação, de maneira informal e personalizada, de acordo com a imaginação dos casais e do tempo que têm para dedicar a estas rotinas, que se tornam muitas vezes, à medida que os anos passam, mais intensas e complexas. Tal como as viúvas que tentam simular companhia à mesa (Sidenvall, Nydahl e Fjellstrom, 2000, p. 416), as esposas, noivas e namoradas dos reclusos recorrem frequentemente a imagens e outras representações dos seus amados para definir um espaço próprio que é ocupado pela sua presença. Embora cada fotografia tirada em San Quentin tenha o mesmo cenário e os homens se apresentem sempre vestidos com o uniforme prisional, as mulheres fazem por serem regularmente fotografadas com os parceiros, exibindo inúmeros exemplares destes retratos (seja no formato *Polaroid* original ou num formato *standard* obtido através de fotocópias a cores de tamanho ajustado) nas suas casas e carteiras. Colocadas entre outras imagens da família e amigos, estas fotos integram o parceiro distante no contexto pessoal da mulher, esbatendo a linha divisória da prisão e estabelecendo o estatuto do homem como um familiar íntimo. Como referido aquando do debate sobre a correspondência, as cartas e outro tipo de objectos podem servir para invocar a presença de alguém, estabelecendo um elo visceral entre a cela e o domicílio, como substitutos do corpo da pessoa ausente. Durante aproximadamente um ano de suspensão das visitas cara a cara (ou de «contacto») aos residentes do corredor da morte, Bernice pediu um adereço ao noivo para a ajudar a trazê-lo da espessa divisória de vidro, transpondo-o para o interior da sua esfera privada:

[Sentia muito a falta do seu cheiro] por isso disse-lhe: «Envia-me uma embalagem com uma camisola que tenha o teu cheiro.» Ele enviou-me duas camisolas e disse: «Enchi os bolsos com alguns lenços que têm o meu cheiro.» Por isso, todas as noites antes de me deitar retiro-as da mala com fecho onde as tenho para não perderem o cheiro, mesmo que seja o cheiro de uma instituição, não é a lembrança que eu tinha do cheiro do corpo dele. Por isso cheiro a sua camisola — [e] os lenços que cheiram como ele.

Da mesma forma, durante a ausência de contacto com os visitantes, o noivo de Laura fez o processo inverso e «convidou-a» para a sua cela, pedindo-lhe que levasse os sabores e os cheiros característicos dos seus encontros para poder imaginar que estavam juntos: «[E]le pediu-me para lhe enviar pipocas [porque costumávamos comer pipocas durante as visitas] e ‘yeah’, diz ele, ‘vou pôr um pouco da minha colónia’ e diz ‘vou comer umas pipocas e vou dar-nos *uma visita*’.»

Outra forma de apagar ficticiamente a separação entre a instituição e o lar é o sincronismo das actividades, que permite aos casais imaginarem que estão a fazer coisas juntos. Como outros casais americanos que «falam em partilhar — pensamentos, sentimentos, tarefas, valores ou objectivos de vida — como a melhor virtude numa relação», as mulheres que têm parceiros encarcerados dão muita importância à troca de informação e ao compromisso em projectos conjuntos. Blessing — referida pelas outras esposas com admiração devido à sua criatividade — consegue participar activamente em muitas das distrações do marido:

Ainda lhe mostro tudo o que me é possível. Todas as culturas diferentes, tudo o que aprendo, passo para ele, hum, partilhamos o máximo que podemos, por exemplo, vemos os mesmos filmes, San Quentin tem uma zona de filmes, alugo um filme e vejo-o com ele dessa forma. Lemos os mesmos livros, hum, por isso partilhamos tudo o que podemos, da melhor forma que podemos.

Este conceito da «partilha» pode estender-se também aos processos de consulta e até de participação legal dos parceiros nas decisões das mulheres, apesar de estas diligências não terem um efeito imediato sobre os homens. Aisha, que recentemente adquiriu um pequeno terreno nas montanhas, sublinha o papel importante que ela e o marido acordaram para esta iniciativa:

[N]ós tomamos decisões mutuamente, se eu tenho uma ideia, apresento-lha, *nunca* tomo uma decisão sozinha, especialmente se é uma decisão importante, sem falar com ele primeiro, porque *não quero que ele sinta nunca que não faz parte da minha vida*, mesmo que não possa participar, respeitamos muito isso entre os dois. E, hum, por isso pensei que seria uma boa ideia porque lhe dava algo em que se pudesse focar. Sabes, dava-lhe algo a que se agarrar. Por isso, quando comprei o terreno coloquei-o no nome dos dois, sabes, *é mesmo para nós os dois*, e assim que estiver pago fazemos a escritura, *dei-lhe todos os papéis para assinar*, sabes, da empresa proprietária, e tiro fotografias para ele ver, vou até lá, estive lá agora em Abril, irei outra vez em Agosto para fazer uma zona de campismo. Falei com ele acerca da zona de campismo. Tiro fotografias de todos os ângulos, em todas as estações em que lá vou para lhe mostrar e por acaso, isto foi *mesmo* uma boa ideia porque falamos sobre o assunto, falamos sobre o que queremos construir ali, o que queremos criar, o espírito com que queremos seguir ali as nossas vidas.

No conjunto, a observação dos quatro mecanismos usados para desenvolver e sustentar as relações com reclusos demonstra a amputação significativa de alguns aspectos da vida das mulheres «livres» através das suas

tentativas para aliviarem o isolamento e privação típicos do internamento. No seu esforço de «se juntarem ao» e apoiarem o ente amado, as mulheres relacionam o ambiente doméstico com a cela prisional, o que dá origem a uma série de sanções — estigma, censura, invasão de privacidade, regras, limitação espacial e fraccionamento do tempo — que recaem sobre o lar. Desta forma, mesmo quando não estão fisicamente em San Quentin, as mulheres estão sujeitas à prisionização secundária por via da gestão e exploração institucionais, uma vez que os métodos para manter o contacto com um parceiro obrigam à cedência da morada privada, que se torna um prolongamento do controlo pena¹⁸. Simultaneamente, os residentes e as suas parceiras preenchem a sua comunicação com lutas pessoais de amor e poder, por via das cartas, encomendas, telefonemas e recriação presencial, competindo para serem reconhecidos como a figura central de uma relação interdependente e empenhada. Para alguns, a sensação apaixonada de se sentirem realizados, apesar de e devido às condições de separação forçada, faz com que a vida sem a penitenciária perca, por comparação, interesse — em particular quando essa existência é construída com esforço e sofrimento. Mimi, uma nativa americana de 23 anos que depende de \$10 000 anuais pagos pela segurança social para viver com os seus cinco filhos, reconhece que o seu «dedicado e meigo» marido ganha nova vida durante as suas frequentes detenções:

Bem, quando vai para a prisão [pausa], noto que ele, *ele demonstra mais o seu amor na prisão* do que o faz pessoalmente... Quando está na prisão é diferente porque mostra tudo mas quando sai *é completamente diferente*. Ele esconde todos os seus problemas e essas coisas... Por isso, estamos basicamente a tentar resolver as coisas juntos. Ele diz-te uma coisa quando está na prisão, mas depois quando sai é diferente [risinhos]! Por isso estamos a tentar resolver as coisas [para que] o que ele diz na prisão *se mantenha* [e] seja igual quando sair.

A pequena mãe cujo pai e tios também se encontram encarcerados diz que ganhou «vantagens sobre o passado» nomeadamente quando tirava o seu sustento da rua aos 13 anos de idade e durante o seu anterior casamento aos 16 com um marido violento. Reflectindo sobre as agressões que sofreu, diz baixinho: «É por isso que amo muito o [meu actual marido], porque ele nunca me trataria mal.» Apesar de a Mimi referir que é ele «o chefe da família», este jovem apenas esteve em casa por um período de três meses desde que o casal se conheceu há três anos, uma situação que dá um novo sentido às reservas de Clemmer (1958 [1940], p. 312) acerca das ramificações que resultam das relações prisionais primárias, dando origem a novas questões relacionadas com a prisionização da vida íntima.

NOTAS

¹ Todos os participantes no estudo escolheram o seu pseudónimo.

² Onze participantes não sabiam que nível de educação é que os companheiros detinham. É provável que estes 22% dos homens tivessem, pelo menos, um diploma do liceu.

³ Embora as mulheres providenciem com frequência material e selos aos homens, a maioria entende-o como uma despesa negligenciável, em comparação com o pesado fardo financeiro das encomendas, dos telefonemas e das visitas. Sobre as interrupções da complementaridade na reciprocidade, v. Gouldner (1996), pp. 56-57; sobre assimetrias na oferta de presentes nas relações homem-mulher, v. Kompter (1996), pp. 125-130.

⁴ Para discussão sobre as extensas operações da «economia oculta» na prisão, v. Victor Hassine (1999), pp. 45-55.

⁵ Estas observações evidenciam o alcance da visão de Bartky (1990, p. 107) e a sua falta de oportunidade para analisar a «reviravolta» nos cuidados aos prisioneiros, ao comentar que «devemos lembrar-nos de que os homens conseguem passar sem o apoio emocional das mulheres por longos períodos de tempo, como na prisão ou na tropa, por exemplo». Erro semelhante é o de Jenny Phillips (2001a, p. 14), que argumenta que «[o] recluso é separado de todos os seus recursos para a afirmação masculina: mulheres, dinheiro, vestuário e armas e acesso a bens e serviços», descurando o facto de que as mulheres podem realmente servir como apoio-chave no fornecimento de todas estas comodidades.

⁶ Sophia está a escrever um relato da sua relação com o marido, com quem casou em 1996 — vinte e quatro anos da sua pena de prisão perpétua.

⁷ Enquanto as instituições particulares determinam as suas políticas telefónicas, estes problemas são característicos dos telefonemas feitos de outras prisões na Califórnia (Girshick, 1996, pp. 62-63) e noutros estados (Hinds, 1982, p. 8; Bandele, 1999).

⁸ Algumas destas sanções podem ser separadas da morada efectiva através da utilização de apartados e telefones portáteis (embora estas opções impliquem custos que estão para além das posses da maior parte das parceiras dos reclusos). A minha opinião, no entanto, é que as mulheres experimentam estas ramificações à *distância* quando se encontram longe da vigilância directa por parte das autoridades prisionais e quando ocupam, aparentemente, um espaço «privado».

BIBLIOGRAFIA

- ARPAIO, JOE, e SHERMAN, LEN (1996), *America's Toughest Sheriff: How We Can Win the War against Crime*, Irving, TX, Summit Publishing Group.
- BANDELE, ASHA (1999), *The Prisoner's Wife: A Memoir*, Nova Iorque, Scribner.
- BARTKY, SANDRA LEE (1990), *Femininity and Domination: Studies in the Phenomenology of Oppression*, Nova Iorque, Routledge.
- BAUMAN, ZYGMUNT (1995), *Life in Fragments: Essays in Postmodern Morality*, Cambridge, MA, Blackwell.
- BELLAH, ROBERT N., MADSEN, RICHARD, SULLIVAN, WILLIAM M., SWIDLER, ANN, e TIPTON, STEVEN M. (1996), *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*, Berkeley, University of California Press.
- BRAMAN, DONALD (2002), «Families and incarceration», in Marc Mauer e Meda Chesney-Lind (eds.), *Invisible Punishment: The Collateral Consequences of Mass Imprisonment*, pp. 117-135, Nova Iorque, The New Press.
- CARTER, KEITH (1996), «Masculinity in prison», in J. Pilcher e A. Coffey (eds.), *Gender and Qualitative Research*, Aldershot, Avebury.

- CHEAL, DAVID (1996), «'Showing them you love them': gift giving and the dialectic of intimacy», in Aafke E. Komter (ed.), *The Gift: An Interdisciplinary Perspective*, pp. 95-106, Amsterdão, Amsterdam University Press.
- CLEMMER, DONALD (1958 [1940]), *The Prison Community*, Nova Iorque, Holt, Rinehart, and Winston.
- COHEN, ERIK (1986), «Lovelorn farangs: the correspondence between foreign men and thai girls», in *Anthropological Quarterly*, 59, pp. 115-127.
- COHEN, STAN, e TAYLOR, LAURIE (1974), *Psychological Survival: The Experience of Long-term Imprisonment*, Nova Iorque, Vintage.
- COLLINS, JAN CLANTON, e GREGOR, THOMAS (1995), «Boundaries of love», in William Jankowiak (ed.), *Romantic Passion: A Universal Experience?*, pp. 72-92, Nova Iorque, Columbia University Press.
- COMFORT, MEGAN, GRINSTEAD, OLGA, FAIGELES, BONNIE, e ZACK, BARRY (2000), «Reducing HIV risk among women visiting their incarcerated male partners», in *Criminal Justice and Behavior*, 27, pp. 57-71.
- COMFORT, MEGAN L. (2002), «'Papa's house': the prison as domestic and social satellite», in *Ethnography*, 3, pp. 467-499.
- COMFORT, MEGAN L. (2003), «In the tube at San Quentin: the 'secondary prisonization' of women visiting inmates», in *Journal of Contemporary Ethnography*, 32, pp. 77-107.
- CONOVER, TED (2000), *Newjack: Guarding Sing Sing*, Nova Iorque, Random House.
- DAVIS, ANN (1992), «Men's imprisonment: the financial cost to women and children», in Roger Shaw (ed.), *Prisoners' Children: What Are the Issues?*, pp. 74-85, Londres, Routledge.
- DEMELLO, MARGO (1993), «The convict body: tattooing among male american prisoners», in *Anthropology Today*, 9, pp. 10-13.
- FISHMAN, LAURA T. (1990), *Women at the Wall: A Study of Prisoners' Wives Doing Time on the Outside*, Albany, State University of New York Press.
- FOUCAULT, MICHEL (1977), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, Nova Iorque, Vintage.
- FRAZIER, MANSFIELD B. (1995), *From Behind the Wall: Commentary on Crime, Punishment, Race, and the Underclass by a Prison Inmate*, Nova Iorque, Paragon House.
- GIRSHICK, LORI B. (1996), *Soledad Women: Wives of Prisoners Speak Out*, Westport, CT, Praeger Publishers.
- GOFFMAN, ERVING (1961), *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*, Harmondsworth, Penguin Books.
- GOULDNER, ALVIN W. (1996), «The norm of reciprocity: a preliminary statement», in Aafke E. Komter (ed.), *The Gift: An International Perspective*, pp. 49-66, Amsterdão, Amsterdam University Press.
- GRINSTEAD, OLGA, FAIGELES, BONNIE, BANCROFT, CARRIE, e ZACK, BARRY (2001), «The financial cost of maintaining relationships with incarcerated African-American men: a survey of women prison visitors», in *Journal of African-American Men*, 6, pp. 59-70.
- GROVES, JULIAN McALLISTER, e CHANG, KIMBERLY A. (1999), «Romancing resistance and resisting romance: ethnography and the construction of power in the Filipina domestic worker community in Hong Kong», in *Journal of Contemporary Ethnography*, 28, pp. 235-265.
- HARRELL, MARGARET C. (2001), «Army officers' spouses: have the white gloves been mothballed?», in *Armed Forces and Society*, 28, pp. 55-75.
- HASSINE, VICTOR (1999), *Life without Parole: Living in Prison Today*, Los Angeles, Roxbury Publishing Company.
- HINDS, LENNOX S. (1982), «The impact of incarceration on low-income families», in *Journal of Offender Counseling, Services & Rehabilitation*, 5, pp. 5-12.
- HOFSTADTER, DAN (1996), *The Love Affair as a Work of Art*, Nova Iorque, Farrar, Straus, and Giroux.

- KOMTER, AAFKE E. (1996), «Women, gifts and power», in Aafke E. Komter (ed.), *The Gift: An Interdisciplinary Perspective*, pp. 119-131, Amsterdão, Amsterdam University Press.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE (1996), «The principle of reciprocity», in Aafke E. Komter (ed.), *The Gift: An Interdisciplinary Perspective*, pp. 18-25, Amsterdão, Amsterdam University Press.
- MAKSYMOWICZ, DUSZKA (2000), *Femme de parloir*, Paris, L'Esprit Frappeur.
- MALINOWSKI, BRONISLAW (1996), «The principle of give and take», in Aafke E. Komter (ed.), *The Gift: An Interdisciplinary Perspective*, pp. 15-17, Amsterdão, Amsterdam University Press.
- MARTIN, DANNIE M, e SUSSMAN, PETER Y. (1993), *Committing Journalism: the Prison Writings of Red Hog*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company.
- MCDERMOTT, KATHLEEN, e KING, ROY D. (1992), «Prison rule 102: 'stand by your man'. The impact of penal policy on the families of prisoners», in Roger Shaw (ed.), *Prisoners' Children: What Are the Issues?*, pp. 50-73, Londres, Routledge.
- PHILLIPS, JENNY (2001a), «Cultural construction of manhood in Prison», in *Psychology of Men & Masculinity*, 2, pp. 13-23.
- PHILLIPS, SUSAN A. (2001b), «Gallo's body: decoration and damnation in the life of a Chicago gang member», in *Ethnography*, 2, pp. 357-388.
- PLUMMER, KEN (1995), *Telling Sexual Stories: Power, Change and Social Worlds*, Londres, Routledge.
- RIDEAU, WILBERT, e WIKBERG, RON (1992), *Life Sentences: Rage and Survival behind Bars*, Nova Iorque, Times Books.
- ROTTER, JOSEPH C., e BOVEJA, MARSHA E. (1999), «Counseling military families», in *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 7, pp. 379-382.
- SABO, DON, KUPERS, TERRY A., e LONDON, WILLIE (eds.) (2001), *Prison Masculinities*, Filadélfia, Temple University Press.
- SCHWARTZ, BARRY (1975), *Queuing and Waiting: Studies in the Social Organization of Access and Delay*, Chicago, University of Chicago.
- SCHWARTZ, JOHN (2001), «Swashbucklers buckle down: 'road warrior' has a new resonance», in *New York Times*, Nova Iorque.
- SHELTON, ALLEN (1994), «My bloody Valentine», in *Studies in Symbolic Interaction*, 16, pp. 191-211.
- SIDENVALL, BIRGITTA, NYDAHL, MARGARETHA, e FJELLSTROM, CHRISTINA (2000), «The meal as a gift: the meaning of cooking among retired women», in *The Journal of Applied Gerontology*, 19, pp. 405-423.
- SIMMEL, GEORG (1950), «The stranger», in K Wolff (ed.), *The Sociology of Georg Simmel*, pp. 402-408, Londres, Free Press.
- SIMON, JONATHAN (2000), «The 'society of captives' in the era of hyper-incarceration», in *Theoretical Criminology*, 4, pp. 285-308.
- SPIRO, M. (1979), *Gender and Culture: Kibbutz Women Revisited*, Durham, Duke University Press.
- STATE OF CALIFORNIA (1999), *California Code of Regulations*, tit. 15, «Crime prevention and corrections», div. 3, «Department of corrections», cap. 1, «Rules and regulations of the director of corrections», Sacramento, Government Document.
- STONE, BONNIE DOMROSE, e ALT, BETTY SOWERS (1990), *Uncle Sam's Brides: The World of Military Wives*, Nova Iorque, Walker and Company.
- SYKES, GRESHAM (1958), *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*, Princeton, N. J., Princeton University Press.